AFROBASKET: Ferroviário de Maputo conquista medalha de bronze em Angola

O País

Segunda - feira, 07 de Dezembro de 2015 | Ano VII, n.º 2136 | Preço: 15,00 MT | Directora de Informação: Olívia Massango
Director do jornal: Boaventura Mucipo

China alivia dívida do país e corta juros para menos de 1,5%

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

"INSTITUIÇÕES NÃO PODEM TER RELAÇÃO DE SERVILISMO PARA COM O PODER"

JUSTIÇA

Raptores apanham penas pesadas

SOCIEDADE

Mulher acusada de manter crianças presas

POLÍTICA

Candidatos ao Conselho de Estado em teste

PUB

press reader Printed and distributed by PressReader
PressReader.com + +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

Frelimo deve usar seu poder para concluir emancipação das instituições

Teodato Hunguana disse, na sua apresentação, no Mozefo, que as nossas instituições ou se afirmam de forma plena, emancipadas, ou dificilmente poderão servir o propósito de consolidação da democracia e do Estado de Direito Democrático.

Hunguana não tem dúvidas sobre quem recai a responsabilidade de encetar essa emancipação: "em princípio, quem melhor estaria em condições de acelerar e concluir esse processo emancipatório é precisamente a força que está, e sempre esteve, no poder". Ou seja, segundo o orador, a Frelimo deve utilizar o poder que detém para tomar a iniciativa de mudar, de transformar, de reformar, e, tanto menos quanto possível, utilizar o poder apenas para se manter no poder.

Segundo o antigo vice-ministro do Interior, antigo ministro do Trabalho, da Informação, antigo deputado e antigo juiz-conselheiro do Conselho Constitucional, as instituições não podem ser, ou não podem ser percebidas, como prolongamentos do poder ou numa relação de servilismo para com o poder. "É na exacta medida em que se afirmarem que ganharão credibilidade, e quanto mais credíveis, mais relevantes e mais eficazes na normalização e tranquilização da sociedade. O contrário fará delas factor de permanente controvérsia, permanente instabilidade, permanente questionamento e permanente intranquilidade."

Actualmente a servir na Mcel como PCA, Teodato Hunguana historiou o processo de criação das instituições moçambicanas desde a independência nacional até aos nossos dias, realçando três processos de transição, que, na sua óptica, estão ainda por concluir e que são fulcrais para a solidez das instituições: transição do poder unitário para a separação de poderes, do partido único para o multipartidarismo e do Partido-Estado para o Estado de Direito Democrático. "Todas estas transições, mostram-se feitas do ponto de vista formal. Mas só do ponto de vista formal, porque, de um ponto de vista menos formal, esta migração para um novo ambiente, para um ecossistema de Estado de Direito Democrático, ainda conhece problemas e dificuldades próprias de uma transição inacabada", refere.

Hunguana considera que estas transições se resumem na problemática da despartidarização do Estado. "Dessa problemática, surge a luta entre o velho e o novo. Nessa correlação, às vezes, o velho continua a pesar mais que o novo. E há dificuldades nessa transição. A dificuldade tem que ver com o facto de a força política que desencadeou as mudanças ter sido o partido que estava no poder, que foi o mesmo que venceu as eleições que consagraram essas mudanças". Aliás, caso não tivesse sido assim, segundo Hunguana, teria havido uma ruptura radical, com o risco de se retornar ao início da democratização e da edificação do Estado. A par disso, Hunguana realça a necessidade de as instituições se afirmarem e deu exemplos do Conselho Constitucional, que integrou, e da Autoridade Tributária de Rosário Fernandes.

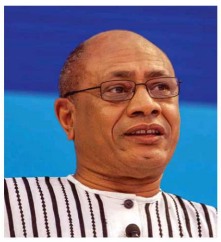
> "... quem melhor estaria em condições de acelerar e concluir esse processo emancipatório é precisamente a força que está, e sempre esteve, no poder"

Tomás Timbane, Lourenço do Rosário e Abdul Carimo trouxeram opiniões convergentes na defesa de reformas, para que as instituições públicas sejam instrumentos de consolidação da democracia, para que essas instituições públicas cumpram o seu papel. O ponto de partida deve ser a institucionalização da cultura de responsabilização e o caminho das reformas é uma solução há muito conhecida, porém, que continua a enfrentar barreiras relacionadas com a resistência às mudanças. E enquanto as reformas tardam a chegar, as instituições públicas vão perdendo a sua credibilidade perante a sociedade. "O país só será livre se a relação entre o Estado e as instituições for harmoniosa. Para que isso aconteça, o Estado moçambicano deve ser aberto, porque quanto mais autoritário for um Estado, mais se afasta da sociedade", disse Lourenço do Rosário.

O bastonário da Ordem dos Advogados, Tomás Timbane, disse que no percurso rumo à consolidação da democracia e do desenvolvimento vai faltar preencher o défice de cultura de responsabilização das pessoas em caso de incumprimento, bem como a emancipação da independência e integridade individual e institucional. Já o jurista Abdul Carimo defendeu a necessidade de se desencadear fortes reflexões sobre o papel das instituições, como se afirmam, como se emancipam, sem se deixar de lado a questão do imperativo histórico da força que fundou o Estado.

press reader Printed and distributed by PressReader
PressReader.com + +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

"Instituições não podem estar numa relação de servilismo para com o poder"



"As instituições mais credíveis sempre foram as religiões, que têm um substrato de valores"

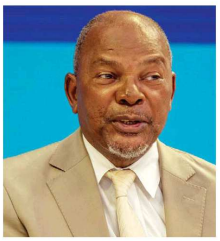
Lourenço do Rosário
Reitor da A Politécnica

- Se o Estado tenta sobrepor-se ao funcionamento das instituições, naturalmente que não só as instituições se tornam fracas, como a percepção sobre a credibilidade sobre essas instituições enfraquece.
- O Estado autoritário, quanto mais for, afasta-se cada vez mais da sociedade, de tal forma que pode chegar à instância de inspiração divina, onde fica infalível nas suas opiniões, e tudo o que põe em causa essa autoridade constitui pecado. E o cidadão sente-se pecaminoso se quiser pôr em causa a autoridade.
- É preciso reflectirmos sobre a relação entre os valores na sociedade, o papel das religiões na democratização das instituições. As religiões são as únicas instituições que ainda são um substrato de valores. As instituições mais credíveis sempre foram as religiões.
- É preciso reflectirmos sobre como actualizarmos o panfleto ideológico e manifesto do texto revolucionário que dizia que temos que "fazer da escola uma base para o povo tomar o poder".

"Para ter instituições fortes, temos que ter líderes fortes que levantem a voz sem medo"

Tomás Timbane
Bastonário da Ordem dos Advogados

- Vejo esta questão em três vertentes. Primeira: as instituições sofrem muito com a falta do diálogo entre o Governo e a Renamo, principalmente por se ter perdido a essência do AGP. Segunda: é preciso desenvolver uma posição política de princípios através da voz que deve ser dada às sociedades, reconhecendo-se o princípio de igualdade. Terceira: enquanto não tivermos instituições fortes, no sentido de instituições que permitem responsabilizar as pessoas em caso de incumprimento, não podemos ter um Estado forte.
- Para termos instituições fortes e independentes, temos que ter líderes fortes e independentes que consigam levantar a sua voz sem receios nem medos.
- As instituições do Estado não têm agenda própria. É preciso que haja independência e integridade. Para termos instituições fortes, temos que ter líderes independentes e íntegros, o que está a faltar na nossa sociedade. Enquanto faltar esta independência pessoal, não podemos ter instituições que possam fazer levantar a voz.



"Discutir a fundo a questão da descentralização pode dar independência às instituições"

Teodato Hunguana
Constitucionalista

- Quem está no poder está em melhores condições de fazer alterações e mudanças necessárias para a democratização das instituições, imprimindo reformas e transformações positivas para o país.
- Para fortalecer as instituições, é preciso uma mudança das mentalidades. Para se mudarem as mentalidades, é fundamental que as instituições se afirmem, que contribuam de forma activa para isso.
- As instituições não podem ser ou não podem ser percebidas como prolongamentos do poder ou numa relação de servilismo para com o poder. É na exacta medida em que se afirmarem que ganharão credibilidade e quanto mais credíveis, mais relevantes e mais eficazes na normalização e tranquilização da sociedade.
- Deve discutir-se a fundo a questão da descentralização e separação de poderes efectivos para dar independência às instituições, fazendo uma interpretação correcta da Constituição da República.

"A independência dos juízes deve estar dentro das suas mentalidades"

Abdul Carimo
Advogado

- Este tema levanta três questões fundamentais: primeiro, o que devemos fazer sobre as instituições? O que os cidadãos pensam delas sobre como essas instituições se afirmam e se emancipam? Segundo, ou as instituições se emancipam e se afirmam ou perdemos o comboio da reforma necessária do momento que vivemos e, terceiro, o imperativo histórico da força no poder, que conduz o Estado, tem a responsabilidade de ser o motor dinamizador desta reforma.
- A questão transversal é o problema das transições nos diversos estágios de desenvolvimento. Nestas transições, há tendência de prevalecer o velho sobre o novo. Naqueles que são os três pilares do Estado democrático, os poderes legislativo, executivo e judicial, a prevalência entre o velho e o novo tem maior relevância quando falamos do judicial e do legislativo.
- A independência dos juízes deve estar dentro das suas mentalidades. É uma independência que não deve ser vista do ponto de vista formal, mas de aplicação diária do que está na Constituição, nas leis. A prevalência do velho sobre o novo releva em todos os aspectos. E esta luta tem que ser feita a partir do próprio sector.

press reader Printed and distributed by PressReader
PressReader.com + +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW